

# Atraso na renegociação externa

Em sua campanha eleitoral, o candidato Fernando Collor de Mello havia anunciado que, tão logo assumisse a Presidência, iniciaria sem demora o processo de renegociação da dívida externa, deixando até entrever sua disposição de, pessoalmente, cuidar do assunto no Exterior. Todavia, se em muitos setores se tem mostrado fiel ao seu programa, não conseguiu ainda imprimir a essa renegociação o ritmo que lhe é peculiar. Já decorridos 90 dias da sua posse, o problema continua inalterado, tendo-se registrado apenas alguns contatos preliminares. Mais uma vez adiou-se, a pedido do Brasil, a vinda de uma delegação do Fundo Monetário Internacional, do que depende a continuidade dos entendimentos com os nossos credores. Tudo indica que a missão só virá em julho, nada permitindo assegurar que já em setembro esteja o País em condições de concluir com o organismo internacional um acordo *stand by*.

Justificando os repetidos adiamentos dessa visita, alega o Planalto falta de dados suficientemente seguros quanto ao orça-

mento público, o que nos parece preocupante por ter a atual administração, ao lançar o Plano Brasil Novo, anunciado que a partir de um déficit potencial de 8% do PIB pretendia obter um superávit de 2%. Na realidade, há fortes indícios de que tal previsão foi feita um tanto aereamente, existindo hoje sérias dúvidas quanto à possibilidade de se chegar ao prometido superávit. Admite-se mesmo que poderá surgir um déficit operacional de 2 a 4% do PIB.

A questão do déficit público é essencial, pelo que se entende que o governo não queira sofrer o vexame de ver suas estimativas contestadas pelo FMI. Se houver déficit — e especialmente se for tão alto quanto as previsões de alguns especialistas —, teremos um foco inflacionista muito sério. Até agora, não conseguiu o Planalto convencer que realmente poderia apresentar pelo menos um orçamento quase equilibrado (ninguém espera um superávit...). Hoje, o governo reconhece que somente à custa de cortes violentos nas despesas da Administração Central, no segundo semestre, poderá se aproximar desse objetivo.

Ora, para tanto cumpre-lhe obter o apoio do Congresso. Ocorre que dependem também do Legislativo numerosas outras decisões que poderão afetar o rumo do Plano Brasil Novo, notadamente no que respeita à política salarial. Na realidade, o que o governo pode apresentar com certa segurança é apenas uma política monetária apertada, sem a segurança, aliás, de que venha a ser seguida até as últimas consequências (uma recessão muito forte) num ano eleitoral...

Não podemos adiar eternamente a vinda dos peritos do FMI a pretexto de que devemos aguardar uma decisão do Congresso: isso apenas mostra a falta de apoio de que se ressent o governo, o que pode constituir séria preocupação para os nossos credores. Acresce a falta de segurança da atual administração em relação à marcha da renegociação da dívida externa. Anunciamos, com certa ingenuidade, nossa decisão de proceder a uma renegociação original, condenando todos os países que até agora haviam conseguido acordos com seus credores. Sabe-se, entretanto, que a parte mais fácil

será aquela a ser tratada com o FMI e, em consequência, com o Clube de Paris, o qual, porém, ainda não se decidiu a aceitar uma redução do débito contraído pelo Brasil com os organismos oficiais. Já com os bancos credores a questão é mais delicada. Foi muito mal recebida a decisão do governo brasileiro de recusar uma negociação no foro do comitê de assessoramento dessas instituições. Ainda que poucos bancos tenham participação ativa nesse comitê, o fato é que representam mais de 60% de nossa dívida. A recusa do Brasil de fazer, mesmo simbolicamente, um pagamento dos juros atrasados está despertando a má vontade dos credores, principalmente depois que a Argentina decidiu seguir o caminho da normalidade. A suspensão da remessa dos dividendos foi outro erro que em nada facilitou o reinício do diálogo. Fala-se muito da adoção de nova tática. Pensamos que esta ainda está longe de uma definição e que o governo, provavelmente, terá de rever suas relações com a comunidade financeira internacional, a exemplo do que está fazendo com o Congresso.

12 JUN 1990

ESTADO DE SÃO PAULO

Dívida